

A luta indígena e camponesa é uma só



Queremos paz, não a guerra
Senhores Donos de Terra ...
Mas se ouvidos não prestais
Às grandes vozes gerais
Que ecoam de serra em serra
Então vos daremos guerra
Não há santo que vos valha:

Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
– Granada contra granada!
– Metralha contra metralha!
E a nossa guerra é sagrada
A nossa guerra não falha!

Vinicius de Moraes
Os homens da Terra, 1962

Nos

últimos meses as Organizações Indígenas têm divulgado uma série de denúncias acerca de invasores nas Terras Indígenas Karipuna e Uru Eu Wau Wau em Rondônia.

Não se trata de uma denúncia isolada, uma vez que neste início de 2019 outros povos indígenas já sofreram ataques e invasões de seus territórios como os Awá

Guajá e Arariboia no Maranhão, os Arara no Pará e os Xavante da Terra Indígena

Marãiwatsédé no Mato Grosso, estes últimos já se preparam para a guerra diante

da ameaça divulgada pelo latifundiário e atual deputado federal Nelson Barbudo

(PSL/MT) de que novamente invadirão o território Xavante.

A

eleição de Jair Bolsonaro (PSL) e sua manifestação pública contra os povos indígenas, quilombolas e camponeses pobres encorajaram mais ainda ações dos bandidos latifundiários, grandes madeireiros e monopólios estrangeiros da mineração, visando extrair a qualquer custo todas as riquezas naturais e expulsar os verdadeiros e legítimos donos da terra. No caso de Rondônia, os invasores da TI Uru Eu Wau Wau foram flagrados por indígenas que disseram que “a

ordem veio de fora” e sob os gritos de que “agora é Bolsonaro”. Na TI Karipuna

os invasores utilizam a estrutura abandonada de um posto da FUNAI para extrair

madeira e demarcar lotes no interior da Terra Indígena, que já sofreu uma redução de 41.650 ha de seu território e recentemente foi impactada pela construção da hidrelétrica de Santo Antônio.

Mas

de quem é essa ordem? Os monopólios de comunicação e imprensa citam uma “Organização criminoso” com sede na cidade de Jarú, mas não dão “nomes aos bois” (ou aos donos deles). O que o povo de Rondônia já sabe – e que os monopólios de imprensa não querem falar – é de que se trata de grileiros a soldo de latifundiários e políticos locais, que são incentivados a invadir as terras indígenas sob a alegação de que estas seriam reduzidas e a homologação revista. A mesma cantilena do discurso fascista de Bolsonaro e seus asseclas de

que “há muita terra pra pouco índio” e que segue os ditames dos gerenciamentos anteriores de não demarcação de terras indígenas e mudanças na legislação que agridem os direitos indígenas como a medida aprovada denominada “Marco Temporal” segundo a qual os indígenas só teriam direito à demarcação das terras sob sua posse em 5 de outubro de 1988, o que legitima e legaliza o genocídio e as expulsões de que os povos indígenas foram vítimas antes desta data.

Consideramos justo o direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional, uma vez que se trata de um direito originário e uma dívida histórica de nosso país, e que em 519 anos resistem à escravização, extermínio e expulsão de seus territórios. Povos numerosos foram exterminados através de guerras, escravidão, envenenamento e o contágio de doenças dos brancos. A TI Uru Eu Wau Wau é habitada atualmente pelos povos Jupaú (Uru Eu Wau Wau), Amondawa, Oro Win, Cabixi e diversos povos livres (sem contato). Estes povos, de tradição guerreira, sempre lutaram pela preservação de seu território desde a chegada dos colonizadores, sobretudo a partir do século XIX e XX contra os invasores seringalistas, garimpeiros e madeireiros.

As terras indígenas de Rondônia, concentram além de seus povos identificados inúmeros outros sem contato que mantêm suas tradições e sua cultura material e imaterial transmitida por gerações. Também em Rondônia há inúmeros povos que foram expulsos de seus territórios e hoje constituem povos sem-terra, como os Guarasugwe, Kujubim e Puruborá. Há também outros que tiveram seus territórios impactados pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau como os Kaxarari, Karitiana, Oro Wari, Cassupá e Salamãï e aqueles impactados por Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), como a Terra Indígena Rio Branco. Outras áreas indígenas são ameaçadas com o avanço do latifúndio da monocultura, extração mineral e de madeiras além de novos projetos hidrelétricos no rio Madeira e rio Machado.

Ademais do massacre secular, mesmo a partir da proclamação da república, após constar nas constituições o reconhecimento dos povos indígenas e seu direito a parte das terras por eles reivindicadas são décadas seguidas de ataques pelo velho Estado latifundiário-burguês. As classes dominantes locais violam sua própria Constituição passando por cima dos direitos já reconhecidos, utilizando-se da fraseologia do “interesse nacional”, invadindo seus territórios para construir hidrelétricas, rodovias, áreas mineradoras e invasão indiscriminada para atender o interesse do latifúndio e da grande burguesia subserviente ao

imperialismo, principalmente ianque.

Já não é de hoje que se comprovou a falência de uma política fundiária que garanta a manutenção e reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas. Assim as classes dominantes e seu velho e genocida Estado já deixaram patente em demasia que não existe mais qualquer possibilidade de se resolver o problema da terra ou do território dentro dos marcos da sua ordem político-jurídica, independente da sigla do Partido Único que governe. Exatamente porque é o monopólio da terra pelos latifundiários e por corporações transnacionais que são a base de sua sustentação. Exemplo claro disso é como agora com a transferência dos assuntos relacionados à reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, que a Medida Provisória N° 870 transfere para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a responsabilidade sobre estas políticas. Não bastasse ser o Estado brasileiro de latifundiários e grandes burgueses, sendo o governo Bolsonaro um governo latifundiário, anti-povo, obscurantista e vende-pátria, fez questão de subordinar a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas, quilombolas e a reforma agrária a um ministério dirigido pelos latifundiários. Ou seja, colocar a raposa para cuidar do galinheiro!

Não que isso represente uma mudança drástica, uma vez que há muito tempo o campesinato pobre e os povos originários foram riscados de qualquer priorização dos gerentes de turno deste velho Estado. A falência das políticas demarcatórias e de reforma agrária exigem dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e dos camponeses, maior grau de organização e politização para fazer frente àqueles que querem impedir o direito sagrado à terra. A luta por território dos povos originários e nossa luta pela terra estão, como em nenhum outro momento da história, na mesma trincheira de combate, a trincheira para impedir a retirada de direitos conquistados e para garantir o direito à terra por parte dos camponeses sem terra ou com pouca terra e dos povos indígenas e quilombolas. Situação tão grave e crucial tornou-se inevitável tormentosas lutas que irão desmascarar, dia após dia, as mentiras deste que, desde seus primeiros atos e pronunciamentos, configura-se como o governo mais reacionário, anti-povo, obscurantista e lambe-botas dos Estados Unidos, desde o regime militar fascista de 64. Governo tutelado pelo alto comando das forças armadas reacionárias por medo do povo e da sua inevitável rebelião que desde 2013 está fermentando por todo o país. Governo de gorilas e forma de que se revestiu o plano de

golpe

contrarrevolucionário preventivo posto em marcha desde 2015.



A

Comissão Nacional das Ligas dos Camponeses Pobres e a Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental – LCP alertam a todos os camponeses que

lutam pela terra em Rondônia, na região Amazônica e por todo o país, a não apoiar qualquer ocupação em Terras Indígenas! Que não caiam no discurso enganoso de deputados e latifundiários ladrões de Terra! Nossa luta é ao lado de indígenas e quilombolas! Voltemos nossa força e organização para tomar as terras griladas por latifundiários, como fizeram os camponeses de Seringueiras,

da Área Revolucionária Enilson Ribeiro (até então conhecida como latifúndio Bom

Futuro), que iniciou sua luta em 2016 e hoje tem mais de mil pessoas, dentre elas 300 crianças e já cortam a terra por conta própria! Da mesma forma, em Corumbiara, quase todas as terras da antiga fazenda Santa Elina retomada em 2010, hoje tem cerca de 800 famílias vivendo e trabalhando nos seus lotes nas áreas revolucionárias Renato Nathan, Zé Bentão, Alzira Monteiro, Alberico Carvalho, Maranhata. Só a Revolução Agrária entregará terras aos camponeses pobres! Só as lutas de resistência e retomada garantirão a terra de indígenas,

quilombolas e atingidos por barragens!

Sigamos

o exemplo de nossos mártires da luta indígena, quilombola, camponesa e

popular:

Sepé Tiaraju, Angelo Pankararé, Angelo Kretã, Marçal Tupã-i Guarani, Simão Bororo, Arnaldo Apurinã, Galdino Pataxó, Xicão Xucuru, Marcos Veron, João Araújo Guajajara, Adenilson dos Santos Truká, Dorival Benitez Guarani-Kaiowá; Zumbi e Dandara; João Pedro Teixeira, Zé Porfírio, Margarida Maria Alves, Chico

Mendes, Nilce de Souza Magalhães (Nicinha), Zé Bentão, Renato Nathan, Paulo Justino, Cleomar Rodrigues de Almeida, Gabriel Pimenta, João Batista, Paulo Fontelles; da resistência negra de Palmares, da Cabanagem, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, Araguaia, Eldorado de Carajás e Corumbiara; Mariana e Brumadinho!

Conclamamos

todo o apoio e mobilização dos camponeses brasileiros junto aos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e atingidos por barragens e eucalipto, para que juntos possamos acabar de vez com todo o latifúndio, tomando todas as suas terras, parte por parte, através da Revolução Agrária. O precioso sangue derramado de nossos heróis e heroínas regam a nossa luta e faz maior e mais gloriosa nossa causa de um Brasil Novo sem exploração e opressão!

Viva a Revolução Agrária!

Terra para quem nela vive e trabalha!

Viva a autodemarcação dos territórios indígenas e quilombolas!

Viva a aliança operário-camponesa, indígena e quilombola!